

## POR UMA ARQUEOLOGIA CRÍTICA E MILITANTE

CRISTIANO LANDGRAF<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo apresenta minha posição em relação a necessidade de termos mais projetos de contra memória e da organização dos arqueólogos e arqueólogas em entidades de classe e de defesa do patrimônio arqueológico, e objetiva abrir uma discussão imediata do papel que a arqueologia desempenha e deve desempenhar, tanto nos projetos de pesquisa, como na arqueologia de contrato.

### INTRODUÇÃO

Não é coincidência que os excluídos do passado também sejam os excluídos<sup>2</sup> do presente. A criação, manutenção e a apresentação de um passado, de uma memória e de uma história oficial, única, faz parte do processo de dominação social, instituído na história da humanidade. Essa denominação se materializa através do patrimônio cultural, por exemplo, constituído, mesmo que; esse patrimônio cultural não represente a maioria da sociedade. Os protagonistas apresentados, sempre serão aqueles que melhor representam a classe dominante e seus interesses de manutenção do domínio social. Assim, quando se exclui da história de uma cidade, a maioria da população, está se excluindo o seu papel determinante para o desenvolvimento

---

1 Bacharel em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG

2 Excluídos são aqueles que estão na base da pirâmide social. Longe de receber os benefícios da produção de riquezas da sociedade. Estão em condição de submissão social e econômica. Sofrem extremo preconceito em relação a condição de pobreza, étnica e cultural.

social e econômico local. Colocá-los como coadjuvantes e nunca como protagonistas é um projeto, não um equívoco ou um descuido histórico. Não há identidade para os excluídos quando não se sentem representados na história, na memória e no passado do local em que vivem; e que seus antepassados viveram. Não havendo sentimento de pertença a um lugar, não há identificação com ele, portanto, a construção da identidade não é possível em relação a este lugar. Assim, coloca os excluídos em uma posição de subordinação social. Mesmo que eles tenham sido a maioria e de terem possuído um papel protagonista em todos os períodos históricos, eles não estão representados no momento da materialização dessas memórias, salvo raríssimas exceções, fato que nos leva a conhecer um passado único e a uma história única.

Por isso, a cultura material é de fundamental importância quando se fala em materialização da memória.

“As relações entre memória e patrimônio e os chamados suportes de memória estão diretamente relacionados. Tal como afirma Mesentier (2005), o suporte material pode ser pensado como um suporte para memória, um ponto de apoio e estímulo externo para a construção das narrativa memoriais.” (FERREIRA, 2010, p. 96)

O que Ferreira (2010) chama de suportes de memória na citação acima, eu chamo de cultura material, mesmo que nem toda cultura material seja suporte de memória, ela incorpora, ou serve de suporte a memórias. No momento em que essa cultura material é modificada, excluída, ignorada e outra é imposta em seu lugar, passa-se a construir uma memória única, um passado único e uma única história, e, conseqüentemente uma única identidade.

## ARQUEOLOGIA CRÍTICA

A construção de projetos de contra memória são uma reação, não só à manutenção da memória única, mas, funcionam como uma forma de denúncia contra o sistema social vigente e, além de compartilhar com os próprios excluídos “outros passados”, dando suporte, base e justificativa científica que desmascare a manipulação histórica usada para justificar a exclusão social e mostre o papel de cada um dos excluídos na construção social. Além disso, tais projetos podem mostrar que a subordinação e exploração de uma classe pela outra, com base em justificativas étnicas, religiosas e pseudocientíficas, são construções sociais com objetivos claros de justificar e manter o sistema das elites. Ou seja, um sistema que permite diferenças sociais gritantes, com abismos de qualidade de vida e dignidade.

Assim, decidi construir esse artigo dando continuidade ao que desenvolvi durante o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) “CULTURA MATERIAL DOS EXCLUÍDOS: Rio Grande: uma Cidade Negra e Operária:”, quando questionei a identidade única e portuguesa da cidade do Rio Grande – RS. O discurso dominante exclui a população africana, afrodescendente e operários, de várias etnias, de sua memória, além dos indígenas, e exalta, através da cultura material, nesse caso os monumentos, uma memória portuguesa. Retirei o trecho.

A arqueologia tem todas as condições de ser a vanguarda da construção dessa contra memória. Aliás, ela já faz isso: trabalhos como o da Arqueóloga Tânia Andrade e Lima, no cais do Valongo, no Rio de Janeiro, mostram como podemos ativar a cultura material dos excluídos, bem como o trabalho desenvolvido em 2015 pela Arqueóloga Beatriz Thiesen, durante o *PROGRAMA DE SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO NA PRAÇA TAMANDARÉ: cotidiano e excluídos na modernidade riograndina* do qual tive o prazer de participar como estudante da graduação do curso de Arqueologia Bacharelado. Nesse trabalho, escavamos a atual Praça Tamandaré, que foi local de intensa atividade da população africana e afrodescendente na cidade, e se chamava Geribanda durante o século XIX. Assim, há diversos exemplos de trabalhos arqueológicos que contrapõem a memória oficial.

A arqueologia tem que assumir um papel de protagonismo na pesquisa social. Há responsabilidades das quais não se pode se desviar-se. E, para isso, são necessários rompimentos cada vez mais profundos.

“Nas situações que o passado é deliberadamente esquecido e enterrado para que dele não se fale mais, a arqueologia histórica é um poderoso instrumento para recuperar e fazer lembrar o que em algum momento se pretendeu esquecer, funcionando como um antídoto contra amnésias sociais” (LIMA, 2010, p 999)

Precisa-se de uma arqueologia que não tenha medo de produzir conhecimento e tomar posições, com base naquilo que mostram as evidências. Cada vez mais necessitamos de uma arqueologia crítica:

“Una arqueologia que para producir conocimiento toma posición no em el borde, sino em el centro de las relaciones sociales de saber poder actuales poniendo permanentemente em crisis las condiciones disciplinares limitantes (Leitom 2007). Uma arqueologia que se zambulle criticamente em um espacio donde dialogan múltiples tempos, lugares y personas, y donde las memorias se construyen, confluyen e interactúan em médio de controversias, ambivalências, conincidencias y tensiones intersubjetivas (Ataliva 2006, 2007; Di Vruno y Seldes 2007). Una arqueologia donde el pasado y el tiempo no se asumen como realidades únicas y

absolutas sino como espacios interpelados y significados permanentemente desde las diversas experiencias y saberes del presente” (LEITOM, 2009, p. 71)

Uma arqueologia crítica, com responsabilidade social, que faça reflexões sobre as ações e formações sociais, que mantém a ordem vigente e mostre o papel da cultura material nessas mudanças. As tarefas estão postas para que o arqueólogo e a arqueóloga as cumpram e contribuam para mostrar que os passados recentes não estão distantes da realidade presente das relações sociais, tendo a cultura material como um dos principais condutores dessas relações e suas consequências passadas, presentes e futuras.

“O arqueólogo do passado recente tem uma importante contribuição a fazer: documentar a vida presente para as gerações futuras. Ao mesmo tempo, essa arqueologia pode ter o importante papel de desbanalizar o passado recente, mostrando, escancarando, o drama, os traumas e, porque não, as soluções da nossa vida cotidiana.” (THIESEN, 2013, p. 225).

Para romper com essa “tradição” arqueológica, é necessário romper com várias questões que estão ligadas com a formação da própria arqueologia. Questões teóricas e metodológicas, que “impedem” a arqueologia de tomar posição, questionar o escrito e o dito. Enfim, colocar em xeque as versões oficiais, e exigir mudanças e reconhecimentos negados até então.

É preciso romper o tempo linear da modernidade e com a linearidade temporal que se tornou, como diz LEITOM (2009), a coluna vertebral da arqueologia, pois ainda estamos vivendo um “passado que está presente”, ou seja, ainda vivemos os mesmos problemas, as mesmas angústias, as mesmas lutas. A arqueologia não pode se limitar a ser uma ciência do passado, até porque não existe um único passado, existem vários passados que não são expostos, por haver uma memória, uma identidade, um passado oficial que exclui diversos grupos sociais e étnicos, somado à presença de discursos e práticas reacionárias, resultado de ideologias reacionárias. Ideologias que defendem a exclusão social e a manutenção de uma memória, uma identidade e um passado único. Por isso, romper a linearidade temporal da modernidade, é necessária.

“Esta é, ainda, a mesma história. Aquele tempo é hoje. Não se trata aqui de ver a passagem de um tempo linear. Trata-se de entender uma temporalidade distinta daquela que a modernidade nos ensinou” (THIESEN, informação verbal)

A arqueologia da escravidão, por exemplo, surge nos Estados Unidos na década de 1960. Momento de grandes conflitos sociais, quando a população negra estadunidense luta para romper com a segregação racial legalizada.

Em meio a tal cenário, surgiram as primeiras investigações em sítios escravos, e a arqueologia abriu a possibilidade de discutir evidências tangíveis da cultura africana e afrodescendente reivindicada por esses grupos, que não se sentiam representados na história nacional norte-americana. Assim, as investigações arqueológicas contaram com o apoio da Lei Nacional para a Conservação Histórica, de 1966, que legalizou a proteção do patrimônio histórico e arqueológico norte-americano (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1966). (BORBA, 2014, p. 35)

A partir desse momento, a arqueologia avançou no estudo do processo de escravidão, em todo o continente americano. E alterando seu foco inicial nesses estudos. Como nos diz Kuniochi, Molet e Thiesen:

No entanto, desde a década de 1960, existiram arqueólogos interessados na cultura material de escravos (Brochado et al., 1969; Chmyz, 1976:145; Dias, 1988:10), mas esta era entendida como o resultado de uma mistura de características européias, indígenas e africanas, seguindo uma linha teoricamente inspirada pela antropologia boasiana e defendida pelo sociólogo Gilberto Freyre (Singleton and Souza, 2009). Após os anos de 1980 os estudos alteraram esta perspectiva e passaram a focalizar aspectos como o estudo da produção e comércio de cerâmica artesanal (por exemplo, Jacobus, 1997), questões relativas a distinções entre a cultura material de pessoas escravizadas e não-escravizadas (Agostini 1998a :128-134) e entre escravos, demarcando identidades culturais (Jacobus, 1997; Symanski e Souza 2001; Souza, 2002), resistência (Agostini,1998a), e a relação entre etnia, gênero e diferença cultural (Souza, 2002). Além disto, pesquisas voltadas para questões de resistência e rebelião de escravos foram realizadas em quilombos (Allen,1998, 2001; Funari, 1995<sup>a</sup>, 1995<sup>b</sup>, 1996, 1997, 1998, 1999; 2001, 2003; Guimarães, 1990, 1992,2001; Orser e Funari, 2001). (Kuniochi, Molet e Thiesen - 2011).

Os trabalhos desenvolvidos, a partir da arqueologia da escravidão, são de extrema importância, para que se possa compartilhar o passado desse processo desumano. No Brasil foram mais de três séculos de escravidão, ou seja, temos mais tempo de nossa história mergulhados na escravização de pessoas do que de qualquer outro regime econômico, social ou regime de governo. E tudo isso sob a dominação monárquica. Kuniochi, Molet e Thiesen nos esclarecem ainda mais a importância da arqueologia nesse tema:

A importância da arqueologia nos estudos de escravidão está na possibilidade de acrescentar novos dados que não podem ser vistos nos registros escritos e, portanto, na perspectiva de abrir novas práticas interpretativas. (Kuniochi, Molet e Thiesen - 2011).

Usei a temática da escravidão como exemplo, mas, outras poderiam ser citadas como: indígena, da repressão, de gênero, etc.

## **ARQUEOLOGIA MILITANTE**

Mas, não só de trabalhos de contra memória pode viver uma arqueologia crítica e militante. Vou ilustrar com três exemplos, a necessidade dessa parte militante.

### **PROJETO DE MONITORAMENTO PRAÇA ALMIRANTE TAMANDARÉ<sup>3</sup>**

A praça Almirante Tamandaré, localizada no centro da cidade do Rio Grande estado do Rio Grande do Sul, é um sítio arqueológico registrado junto ao IPHAN. Desde 2015, depois de trabalho arqueológico denominado PROGRAMA DE SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO NA PRAÇA TAMANDARÉ: cotidiano e excluídos na modernidade riograndina, realizado pelo laboratório de arqueologia do capitalismo – LIBER STUDIUM/FURG coordenado pela professora doutora Beatriz Thiesen. Portanto, qualquer intervenção no local necessita de autorização do IPHAN. Só que, no ano de 2022 a prefeitura municipal começou obras de revitalização do local com a retirada de jaulas de um antigo mini zoológico entre outras intervenções que geraram escavações. Quando busquei informações se havia autorização do IPHAN descobri que havia sido protocolado um projeto que visava o acompanhamento arqueológico no local. E que o IPHAN não havia liberado, pois, solicitou complementação do projeto. Tudo pode ser confirmado com o número do processo na nota de rodapé. Imediatamente, fiz uma denúncia ao IPHAN, que nesse caso foi ágil, e encaminhou um ofício, para a prefeitura do Rio Grande, determinando a paralisação das obras. Divulguei junto a um site de notícias local a situação e a determinação do IPHAN sobre a situação. As escavações pararam e a prefeitura nega até hoje ter feito qualquer coisa irregular no local.

---

3 Processo nº 01512000808201906 no IPHAN

## PROJETO DE DUPLICAÇÃO DA ERS 734<sup>4</sup>

Com o anúncio da duplicação em 2022, de uma parte ainda não duplicada, dessa rodovia estadual, que liga a cidade ao balneário Cassino, procurei informações sobre o licenciamento arqueológico. Descobri que o IPHAN, em 2018, havia liberado a obra, sem a necessidade de nenhuma intervenção arqueológica, através do Termo de Referência Específico com a classificação “NÃO SE APLICA” com base a instrução normativa nº001 de 25 de março de 2015 anexo I Classificação do Empreendimento. Acontece que a área, onde está o trecho que está sendo duplicado, é de alto potencial arqueológico, além de, haver sítios arqueológicos registrados no sistema do IPHAN. Além disso, na construção da Loja da Havan, em Rio Grande, que fica as margens dessa rodovia, também se encontrou sítios arqueológicos.

O potencial arqueológico está presente no plano municipal do meio ambiente. Solicitei ao IPHAN a revisão do termo de referência específico e também encaminhei pedido ao Ministério Público Federal para que intervisse junto ao IPHAN. O IPHAN realizou uma revisão e mudou a classificação do empreendimento de “NÃO SE APLICA” para nível I. Ou seja, trocou o seis por meia dúzia. Pois, o nível I na IN nº001/2015, é a apresentação do termo de compromisso do empreendedor que prevê o seguinte:

- I. Suspender imediatamente as obras ou atividades realizadas para a construção do empreendimento nos trechos ou áreas onde for identificado patrimônio arqueológico;
- II. Comunicar a ocorrência de achados à Superintendência Estadual do IPHAN;
- III. Aguardar deliberação e pronunciamento do IPHAN sobre as ações a serem executadas;
- IV. Responsabilizar-se pelos custos da gestão que possam advir da necessidade de resgate de material arqueológico.

Ou seja, continua a mesma coisa, sem pesquisa arqueológica, sem proteção ao patrimônio arqueológico, sem profissional de arqueologia. Ou alguém acredita realmente que a empresa responsável vai parar a obra em caso de achar material arqueológico. E sem um profissional da arqueologia, como saberá que é um material arqueológico?

## DENÚNCIA CONTRA CAÇADOR DE RELÍQUIAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL<sup>5</sup>

Em junho de 2021 protocolei denúncia da atuação de um autodenominado “Caçador de Relíquias” que atua no sul do Rio Grande do Sul. Divulga suas atividades nas redes sociais

4 Processo nº 01512000455201855 no IPHAN

5 Processo nº 01512000345202199 no IPHAN



livremente. Infelizmente até hoje não houve nenhuma ação do IPHAN em relação a essa denúncia.

Em todos os exemplos houve uma ação de militância individual. Mas, o ideal, seriam ações coletivas de entidades voltadas a proteção do patrimônio arqueológico. Ou entidades de classe da categoria de trabalhadores em arqueologia que também poderiam exercer essa função, visando conjuntamente, a proteção do mercado de trabalho. Assim como, as próprias empresas de arqueologia que também teriam o interesse do cumprimento da legislação e, conseqüentemente, gerando novos trabalhos. E, por fim, as entidades de guarda, pesquisa e acadêmicas. Como museus, reservas técnicas e cursos de arqueologia. Isso teria um peso diferente de uma ação individual junto aos órgãos como IPHAN, Ministério Público Federal, Polícia Federal, etc. E, sabendo que existiriam entidades vigilantes, aqueles que tentassem burlar a lei, com certeza pensariam duas vezes antes de agir ilegalmente.

## CONCLUSÃO

Vou encerrar falando o óbvio, mas, que está muito distante de virar realidade. Precisamos urgentemente de entidades e pessoas militantes na defesa do patrimônio arqueológico, da pesquisa arqueológica, do nosso mercado de trabalho e projetos de contra memória que tenham repercussões sociais.

## BIBLIOGRAFIA

DIAS, Eliana Santana de Monteiro. Memória e Cultura Material – 2017.

<http://www.memoriaesociedade.ibict.br/memoria-e-cultura-material/>

FERREIRA, Samila Pereira. Políticas da memória, políticas do esquecimento: um estudo sobre a antiga zona portuária de São Lourenço do Sul. Pelotas - 2010.

FERNANDES, M. C. M.; CORONEL, L. P.; THIESEN, B. V. Arqueologia e ação política. REVISTA DE ARQUEOLOGIA PÚBLICA, v. 14, p. 57-74, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8658992>.

GOMES, Flávio e SYMANSKI, Luís Cláudio: Senzalas, crioulização e cultura material: uma proposta de arqueologia histórica em Fazendas Escravistas, Campos dos Goytacazes, séculos XVIII e XIX. In: SCHWARCZ, L. MACHADO, M.H. Emancipação, inclusão e exclusão. Desafios do passado e do presente. SP, USP, 2018 pp. 215 - 236

LANDGRAF, Cristiano. Cultura Material dos Excluídos: Rio Grande uma Cidade Negra e Operária. Trabalho de





Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia Bacharelado) - Universidade Federal do Rio Grande, ICHI - Instituto de Ciências Humanas e da Informação, FURG, Rio Grande, 2017.

LIMA, T. A. Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas. Comunicação apresentada ao 1º Seminário de Arqueologia Histórica. SPHAN/FNPM, Rio de Janeiro, 1985.

LEITOM, Diego. Hacia una Arqueologia del Pasado Contemporáneo. 2009.

LIMA, Tania A. Los zapateros descalzos: arqueología de una humillación en Rio de Janeiro del siglo XX.

LIMA, T. A. Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas. Comunicação apresentada ao 1º Seminário de Arqueologia Histórica. SPHAN/FNPM, Rio de Janeiro, 1985.

SAMFORD, Patricia - Archaeology of African-American Slavery . The William and Mary Quarterly, Third Series, Vol. 53, No. 1, Material Culture in Early America, (Jan., 1996), pp. 87-114

THIESEN, B. V. Antes da poeira baixar: Reflexões sobre uma arqueologia do passado recente. In: Revista Memorare, Santa Catarina, 1, dez. 2013.

THIESEN, Beatriz Valadão. Programa de Salvamento Arqueológico na Área de Colocação de Plataforma de Embarque e de Desembarque de Passageiros do Transporte Urbano Municipal de Rio Grande – RS. 2014.

THIESEN, B. V.; POUQUET, M. Nem Tempo, nem Método. Nem História, nem Antropologia. O que é Arqueologia? TESSITURAS: REVISTA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA, v. 6, p. 13-22, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/13588>.

KUNIOCHI, Marcia Naomi; MOLET, Claudia Daiane; THIESEN, Beatriz Valladão.

Charqueada e escravidão em Rio Grande. 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil

Meridional, Porto Alegre, maio. 2011.